



# Agricultura Familiar:

## Pesquisa, Formação e Desenvolvimento

RAF. v.11, nº 02, jul-dez 2017, ISSN 1414-0810

---

### Resistência dos povos tradicionais

#### Resistance of traditional peoples

Sônia Barbosa Magalhães, Doutora, Universidade Federal do Pará, Docente do PPGAA, PPGSA e PPGEDAM, smag@ufpa.br

---

#### Apresentação

### Resistência dos povos tradicionais

Num pedacinho aqui  
Do beiradão  
Tenho uma mata, um rio e  
Um barco bom  
E uma ilha  
Tenho tudo aqui  
Umás galinhas e uns ovos  
Pra comer. Um peixe frito e minha água prá beber  
E a farinha aaa<sup>1</sup>

Este número da Revista de Agricultura Familiar não é um dossiê, ou seja, não foi construída a partir de uma temática. Em sua diversidade de temas, no entanto, aborda questões caras aos estudiosos do campesinato: a relação com o Estado, a reprodução social e a expropriação. E, pelos diversos enfoques apresentados pelos autores, enfoca discussões atuais, como por exemplo, as que dizem respeito à biodiversidade e cultura; à nova dinâmica de atores e ressignificação das práticas no contexto da expansão da monocultura de dendê na Amazônia Oriental. Mas, na empiria há um fio condutor claro: a resistência dos povos tradicionais.

De algum modo, podemos dizer que todos os artigos trazem reflexões sobre a relação entre o campesinato e o Estado que aqui aparece, por um lado, sob a roupagem de uma das categorias políticas mais atuantes no campo: os povos tradicionais. A partir deles são tratados assuntos ainda pouco explorados na literatura sobre o campesinato no Brasil como herança (TEIXEIRA, Raquel); mediadores sociais (SOUZA, Bárbara; MAGALHÃES, Sonia) ou de introdução recente nesta literatura como gestão de territórios comuns (FERREIRA, Vítor *et*

---

<sup>1</sup> (Extrato de canção de autoria de ribeirinhos do rio Xingu, coletada por Luana Beatriz Lima Peixoto, em Seminário da Faculdade de Geografia, UFPA, campus Altamira, outubro de 2017.

*al.*); transformação de sistemas agrícolas familiares decorrentes da expansão da monocultura (PIRAUX, Marc *et al.*); correlação entre biodiversidade e autonomia camponesa (SILVA, Leonardo; SILVA, Luis).

Por outro lado, a relação entre o campesinato e o Estado está subentendida na reflexão teórica sobre a análise de políticas públicas rurais (SABOURIN, Eric) e na interpretação da construção midiática de grandes *projetos* de infraestrutura (SOUZA, César; GUERRA, Gutemberg).

Do ponto de vista empírico, os fenômenos analisados se desenvolvem no Médio Jequitinhonha e na Amazônia Oriental, palcos de importantes transformações sociais e ambientais nas últimas décadas. E, desta perspectiva enfrenta a análise da própria transformação, lançando luz tanto sobre os processos de expropriação quanto sobre os processos de resistência que ali têm lugar.

Assentados na “boa empiria”, revelam:

a) a resistência política contida na “estratégia de preservação do patrimônio familiar” dos “*territórios de parentesco e herança*”, resultantes de uma “trajetória marcada pela convivência com as grandes fazendas criatórias; pelo embate com *projetos* de exploração mineral; pelo avanço das monoculturas de eucalipto sobre os terrenos de uso comum e pela atual ameaça de expropriação a partir da implantação de barragens hidrelétricas” (TEIXEIRA, Raquel).

b) a resistência política que se expressa no conhecimento tradicional sobre o comportamento de peixes e de seu habitat, manifesto pelos pescadores denominados Usuários da Reserva Extrativista Marinha de Caeté-Taperaçu (ASSUREMACATA), e em eventos com outras Reservas Extrativistas, Caeté-Taperaçu, Tracuateua, Arai-Peroba e Gurupi-Piriá, todas localizadas no litoral paraense. É exemplar a cena transcrita pelos autores sobre a controvérsia da desova da pescada branca (FERREIRA, Vítor *et al.*).

c) a resistência política expressa nas “estratégias locais de manutenção da biodiversidade de agroecossistemas”, especialmente, na “diversidade produtiva” das roças coletivas e familiares do povo de Vila Braba, um povo tradicional que vive entre os Rios Tocantins e seus afluentes, com uma particular organização social, na qual é predominante o uso coletivo do território e de seus recursos (SILVA, Leonardo; SILVA, Luis).

d) os conflitos observados em Tailândia, Moju e Concórdia do Pará no contexto de expansão da monocultura de dendê. Distinguindo “conflitos de uso e conflitos de ordem ideológica”, o artigo mostra as condições sociais de emergência e de relativização do conflito, particularmente em Concórdia do Pará, onde os povos quilombolas, povos tradicionais, portanto, assumem destaque no “posicionamento contra a produção de dendezeiros e contra as empresas” (PIRAUX, Marc *et al.*).

e) a resistência na particular habilidade política dos quilombolas de São José do Icatu, que

---

2 SCOTT, James. **Weapons of the Weak: Everyday Forms of Peasant Resistance**. New Haven: Yale University Press, 1985

por meio de uma complexa rede de mediadores que lhes faculta uma reconhecida capacidade de buscar *projetos* tenta fazer prevalecer a identidade étnica e a particular organização social (SOUZA, Bárbara; MAGALHÃES, Sonia).

Evidentemente, como nos fez perceber James Scott<sup>2</sup>, estas diversas formas de resistência são na maioria das vezes silenciosas e raríssimas vezes “espetaculares”. É ali no cotidiano, na negação não verbalizada e praticada, nas estratégias particulares e inovadoras de se proteger, seja na produção (agrícola e extrativista, marinha ou terrestre), seja na interlocução (com agentes ambientais, representantes de órgãos públicos – governamentais e não governamentais -, empresas) que eclodem mais do que uma voz ... Eclodem um sentido e uma prática.

Evidentemente, também subjazem a estes casos empíricos as políticas públicas. E aqui cabe unir tanto as políticas públicas chamadas rurais e/ou voltadas para a agricultura familiar como as políticas públicas que mesmo não sendo rurais incidem diretamente sobre o território e os interesses da reprodução social camponesa<sup>3</sup>. Refiro-me, em alusão aos artigos contidos neste volume, às denominadas políticas ambientais - criação de unidades de conservação; e às políticas voltadas para o setor de energia – hidrelétricas e agrocombustíveis. E, como bem demonstrado por Eric Sabourin, os instrumentos teórico-metodológicos que dispomos para analisá-las ainda parecem ser insuficientes.

Para finalizar, o caráter multidisciplinar do volume nos instiga a combinar perspectivas disciplinares e analíticas diversas, o que só contribui para aguçarmos o nosso olhar sobre os processos sociais em curso não apenas na Amazônia, mas em contextos nos quais agricultores familiares, pescadores, povos tradicionais, camponeses, e outros – não importa a opção teórica de sua denominação – vivenciam diuturnamente risco e ameaça de expropriação de seus territórios e de seus modos de viver – de se organizar, produzir e reproduzir-se.

---

3 MAGALHÃES, Sonia Barbosa. Tucuruí, uma análise da visão do Estado sobre o campesinato. **Boletim do Museu Paraense Emílio Göeldi**, Belém, v.8, n.1, p. 25-64, 1992.

